

## **Dissolvendo fronteiras entre máquinas, humanos e outras espécies em uma cidade inundada**

*Dissolving boundaries between machines, humans and other species in a flooded city*

**Vanessa Maurente<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
vanessamaurente@yahoo.com.br  
<http://orcid.org/0000-0003-1340-3450>

**Cleci Maraschin<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Rio Grande do Sul  
cleci.maraschin@gmail.com.  
<https://orcid.org/0000-0002-0117-6062>.

*Recebido em: 09 de novembro de 2024*

*Aceito em: 22 de novembro de 2024*

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Professora titular aposentada do Departamento de Psicologia Social e Institucional, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-graduação em Informática na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Resumo

Este artigo parte das noções de *corporificação mundana e dobras da carne* de Donna Haraway para analisar as relações de parentesco entre humanos, máquinas e outras espécies durante a enchente de 2024 no Rio Grande do Sul. Busca entender como tais relações tornaram possível a construção de formas de sobrevivência e elaboração de luto coletivas. Através do método cartográfico, acompanhou-se a processualidade do uso de uma rede de tecnologias de geolocalização, aplicativos de mensagem, jet skis, lanchas, botes, drones e helicópteros articulada a uma rede de humanos que resgatava as vítimas, fazia marmitas, comprava mantimentos, organizava os abrigos, prestava atendimentos de saúde e assistência e fazia a cobertura de mídia da tragédia. Apesar de terem sido fundamentais, estas redes heterogêneas de parentesco entre humanos e tecnologias não devem ser entendidas como uma solução, e sim como um modo menos danoso de permanecer com o problema e se opor à degradação das políticas sócio assistenciais.

**Palavras-chave:** Redes sociotécnicas; Chthuluceno; Ciborgue; Parentesco; Enchente.

## Abstract

This article uses Donna Haraway's notions of worldly embodiment and folds of the flesh to analyze the kinship relations between humans, machines, and other species during the 2024 flood in Rio Grande do Sul. It seeks to understand how such relations made it possible to construct forms of collective survival and mourning. Using the cartographic method, we followed the process of using a network of geolocation technologies, messaging apps, jet skis, speedboats, dinghies, drones, and helicopters linked to a network of humans who rescued victims, made lunch boxes, bought groceries, organized shelters, provided health care and assistance, and provided media coverage of the tragedy. Although they were fundamental, these heterogeneous networks of kinship between humans and technologies should not be understood as a solution, but rather as a less harmful way of dealing with the problem and opposing the degradation of welfare policies.

**Key-words:** Sociotechnical networks; Chthulucene; Cyborg; Kinship; Flood.

## Introdução

A atividade humana, inaugurada pela revolução industrial, transformou fundamentalmente o tempo geológico e a biosfera conforme uma das primeiras noções de Antropoceno, formulada por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000). Atualmente abordado em diferentes áreas do conhecimento, o Antropoceno poderia ser compreendido como um tempo de destruição em massa, decorrente da exploração de combustíveis fósseis, da ampliação da mineração pela corrida tecnológica, da simplificação de ecossistemas, da imensa vazão de produtos tóxicos no meio ambiente e do esgotamento da natureza entendida como recurso. Donna Haraway (2016) nos lembra que ele não pode ser compreendido como uma continuidade de eras anteriores, mas sim como uma ruptura significativa que muda o rumo da vida terrena irreversivelmente. Catástrofes são cada vez mais parte do cotidiano, produzem genocídio de humanos e outras espécies, mas, como sabemos, no caso dos humanos, incidem principalmente sobre populações já vulnerabilizadas.

Este texto é produzido em meio a um desastre ambiental, mas também social, político e econômico sobre o qual políticas de governo vêm se mostrando negligentes: a enchente de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Seu objetivo consiste em discutir como, no limite da ausência das políticas públicas assistenciais em um contexto de calamidade, as relações entre humanos, tecnologias e outras espécies tornou possível a construção coletiva de formas de sobrevivência, elaboração de luto e compreensão de parte da dimensão deste acontecimento. Para isso, apresentaremos algumas das relações entre sujeitos e tecnologias digitais acionadas a fim de resgatar pessoas, formar abrigos temporários, organizar doações, regular o fluxo da produção de alimentos e conseguir objetos raros de necessidade específica. Buscaremos, também, mostrar como vínculos curiosos entre humanos, máquinas e animais produziram *breakdowns* nos modos habituais de perceber o mundo. Por último, analisaremos como as formas de elaboração deste desastre passavam por estas relações, defendendo a ideia de que é no coletivo que se pode construir enfrentamentos aos desastres que estão por vir.

Apresenta-se uma experiência cartográfica que acompanhou a processualidade do uso de uma rede de tecnologias de geolocalização, aplicativos de mensagem, jet skis, lanchas, botes, drones e helicópteros articulada a uma rede de humanos que resgatava as vítimas, fazia marmitas, comprava mantimentos, organizava os abrigos, prestava atendimentos de saúde e assistência e fazia a cobertura de mídia da tragédia. A noção de tecnologia empregada na discussão se afasta da ideia de que ela seria algo *entre* o sujeito e o mundo apostando na *corporificação mundana* (Haraway, 2022), na qual as relações técnicas são compreendidas

como *dobras da carne* em mútua constituição com humanos. Nessa corporificação contínua de parceiros heterogêneos, que vai muito além de uma relação de interface, podem-se formar composições interessantes de vida em um mundo danificado. (Haraway, 2016).

É necessário, entretanto, destacar dois pontos. O primeiro deles é que este texto é escrito por pessoas que viveram a tragédia, mas sofreram apenas suas consequências indiretas, ou seja, tiveram o privilégio de poder escrever em um momento em que muitas pessoas não tinham onde morar, perderam seus familiares e grande parte de suas memórias incrustadas em objetos e fotografias. Outro ponto, talvez o mais importante, é que as políticas públicas de assistência social, especialmente em situações de calamidade, são fundamentais e insubstituíveis, de modo que o estudo dos processos inventivos que se desenharam frente à desgraça não exime o poder público e as consequências catastróficas de sua ausência.

### **As gotas d'água que fizeram entornar a cidade**

Em novembro de 2023, engenheiros do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) de Porto Alegre alertaram sobre a necessidade urgente de reformas em quatro das vinte e três casas de bombas da cidade - que têm a função de bombear a água de volta para o Lago Guaíba em caso de cheias - sob o risco de inundação dos bairros Centro, Cidade Baixa, Menino Deus e Sarandi. Apesar da simplicidade e do baixo custo dos reparos, nenhum movimento foi executado pelo DMAE (Velleda, 2024). Do final de abril ao final de maio, o estado completa o mês mais chuvoso da história de suas medições, desde 1909. No dia 3 de maio de 2024 as águas invadiram o centro da cidade, que se tornou um grande lago, deixando a região sem abastecimento de água e energia elétrica. No dia 6 de maio, os bairros Menino Deus e Cidade Baixa precisam ser evacuados. Somente no Sarandi, mais de 20 mil pessoas precisaram ser realocadas, deixando debaixo d'água suas casas (Mascarenhas; Medina, 2024). Ao longo de maio, mais da metade dos bairros de Porto Alegre foram atingidos.

Segundo o Observatório das Metrôpoles, as áreas mais afetadas por esta catástrofe foram as mais pobres, por estarem situadas em regiões de risco e sem planejamento habitacional (Guimarães, 2024). Tenório (2024) nos aponta também o fato de que as enchentes escancararam o racismo ambiental e a segregação no estado, na medida em que grande parte da população periférica era privada do acesso a serviços básicos. Trata-se, segundo ele, de uma população que sequer existe como gaúcha no imaginário brasileiro. Em junho de 2022, o professor de ecologia Marcelo Dutra, da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) fez um

alerta em uma audiência pública na câmara municipal de Pelotas, no qual explicava que, desde 2013, havia no Estado um acumulado de 300mm ao mês e era questão de tempo para que começassem as inundações. Na mesma ocasião, ele falava sobre a impossibilidade de evitarmos eventos ambientais extremos e a importância de retirarmos populações destas áreas de risco (Guimarães, 2024). Mas seu apelo foi ignorado. No Estado do Rio Grande do Sul, 90% dos municípios foram atingidos.

O que vivemos não foi uma surpresa, nem um evento isolado, mas o resultado de uma necropolítica. Segundo o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe (2018), a necropolítica é o conjunto de tecnologias do Estado que tem como objetivo provocar a destruição de alguns grupos específicos da sociedade, entendendo que existem "vidas matáveis", seja pela violência, seja pelo abandono. Este autor parte da noção de biopolítica foucaultiana, composta pela máxima "deixar viver e fazer morrer" para demonstrar sua insuficiência em analisar como a engrenagem estatal faz a gestão da morte para determinadas populações. Mbembe (2018) demonstra como a raça é o principal critério para definir quais grupos devem ser alvo das políticas de morte, e que negros são vistos como inimigos através de uma construção colonial que está longe de ter chegado ao fim. No Brasil, percebemos que estas "relações de inimizade" foram construídas também com as populações indígenas durante o governo bolsonarista, quando se afirmava que elas seriam contra o "progresso" do país por ocasião da liberação do avanço da mineração e da exploração em terras demarcadas.

Assim, a figuração construída que opõe humanos e natureza, tem como baliza processos históricos, sociais, políticos e econômicos sob os quais muitos críticos da noção de Antropoceno se debruçaram. Para esses críticos, quando dizemos que as ações humanas produziram uma mudança de estado irreversível na Terra, de que humanos estamos falando? Os povos originários e suas cosmotécnicas (Hui, 2020) certamente não fazem parte deste conjunto de humanos que projetaram nossa destruição, mas são os que mais arcam com as consequências dela. Além disso, outras nuances são importantes de serem consideradas nas relações entre Sociedade e Natureza, inclusive a separação entre estes dois termos, inaugurada pelo colonialismo e suas práticas capitalistas de produção e consequente degradação ambiental.

Jason Moore (2022) propõe a noção de Capitaloceno como contraponto ao Antropoceno, defendendo que a crise ecológica atual resulta de relações de poder socioeconômicas. Para o historiador, o capitalismo se configura como "necrossistema" das relações socioambientais. Em relação à tragédia que agora vivemos, em 2019, o governador do

Estado do Rio Grande do Sul modificou mais de 500 pontos do Código Ambiental Gaúcho com o intuito de favorecer o poder privado. Neste período, também se consolidou a possibilidade de "auto-licenciamento", ou seja, empresários que desejem construir em uma determinada área ambiental podem preencher e assinar declaração garantindo que está dentro dos parâmetros ambientais para, 48 horas depois, ganhar o aval do governador (Carmo, 2024). O que se pode constatar é a relativização da legislação ambiental em prol de um grupo de investidores, algo que ocorreu em larga escala em todo o território brasileiro durante o governo Bolsonaro, vem ocorrendo no mundo e que destaca quais são os processos econômicos e quem são os humanos responsáveis por desastres ambientais. Considere-se a atual PEC 03/2022 (PL-RJ), relatada no Senado. Segundo o advogado Breno Valadares, presidente da comissão de processo legislativo da Ordem dos Advogados do Brasil da Bahia (OAB-BA), a proposta de Emenda à Constituição não só permite a privatização das praias, como deve ocasionar na expulsão de comunidades pela especulação imobiliária.

Em face às águas que adentram as casas, os lugares de trabalho, os espaços de lazer, indagamos como construir refúgios, modos de viver em ambientes cada vez mais danificados? Como fazer um enfrentamento às necropolíticas? Este artigo busca entender como as relações entre humanos, tecnologias e outras espécies tornou possível a construção coletiva de formas de sobrevivência, elaboração de luto e compreensão de parte da dimensão deste acontecimento. Para isso, tomará o método cartográfico como forma de produção de conhecimento. A cartografia é um método no qual o pesquisador passa a habitar um território, tomando seu campo de experiências como ferramenta de análise (Barros; Kastrup, 2009). Essa perspectiva se desloca do modelo de ciência moderna, que busca isolar o objeto de suas conexões para dominá-lo e descrevê-lo. Ao contrário disso, a cartografia aposta na sustentação de uma atenção às linhas de força que movimentam os processos sociais. Por este motivo, é importante que o cartógrafo esteja aberto ao encontro e sensível às intensidades de seu tempo, deixando-se contaminar por um plano coletivo de forças (Escóssia; Tedesco 2009). Assim, o processo que levou a construção deste artigo não foi a organização dos eventos em uma narrativa cronológica e desimplicada, mas o desdobramento dos planos afetivos de conexões e parentescos que emergiram da experiência de viver a catástrofe. Assim, iremos trazer e analisar algumas notas dos diários de campo das autoras ao longo do texto, que foram produzidas ao longo do período da enchente.

## Dissolvendo fronteiras

Durante o mês de maio de 2024, recebíamos quase que diariamente o alerta da Defesa Civil: "*chuvas fortes, risco de alagamentos, deslizamentos e descargas elétricas*". O susto a cada notificação, o movimento de avisar outras pessoas, a urgência em saber quem precisava de ajuda e o que precisava e a reorganização da agenda do dia eram constantes e nos mantiveram hiperconectadas ao celular. Como não tivemos nossas casas alagadas, tivemos o privilégio de lidar com os problemas menores. No segundo dia de maio já havia 10 mortes e mais de 160 municípios afetados, com regiões embaixo d'água e milhares de pessoas sendo resgatadas para abrigos. Na ausência de políticas públicas coordenadas e presentes na situação de calamidade, a organização dos resgates e atendimento inicial às vítimas ficou à cargo de voluntários, que se prontificaram para as mais diversas atividades: receber e organizar as doações, limpar e preparar os espaços para receber as vítimas, cadastrar recém-chegados, cozinhar, entreter as crianças e cuidar dos animais (o que incluía banhos anti-sarna, anti-pulga, alimentação e passeios). Além disso, havia a demanda de atendimento especializado imediato com psicólogos, enfermeiros, médicos, assistentes sociais e veterinários.

Logo no início dessa complexa organização, os tipos de doações e voluntários necessários eram divulgados, principalmente, via *stories* e *posts* do *instagram* e *Facebook*, que eram também compartilhados por *Whatsapp*. Mas, muito frequentemente, quando se chegava ao local, a demanda já havia sido resolvida pela velocidade do fluxo de informações e oferta de voluntários. Enquanto isso, a enxurrada notícias, fotos, vídeos amadores e *fake news* sobre o desastre também ganhava forma, de modo que o *scrolling* produzia, ao mesmo tempo, o apelo à seguir conectada e a sensação de urgência, o impulso de largar o celular e agir no mundo analógico. Curiosamente, as redes sociais são arquitetadas para envolver a atenção do usuário por mais tempo possível. Mas, nos primeiros dias da enchente, havia um movimento em direção paradoxal, contrariando os algoritmos de predição e modulação da atenção.

A vontade de agir tinha a ver com revolta pelo descaso das prefeituras e do estado, com a tristeza por ver tantas vidas ameaçadas e tantas outras perdidas, com urgência por compartilhar algo com quem havia perdido tudo. Por outro lado, a necessidade de entender o que estava acontecendo e como eu poderia ajudar a cada turno nos arrastava novamente para os dispositivos digitais, e esse fluxo entre um plano e outro era tão confuso que, por vezes, suas fronteiras pareciam se diluir.

*Chego ao primeiro deles e me deparo, literalmente, com uma montanha de roupas, inúmeros pacotes de fraldas, ração, alimentos não perecíveis, pessoas, ambulâncias e um clima de urgência para lidar com toda aquela materialidade. Logo na entrada avisam que não estão mais recebendo, nem voluntários, nem doações. Confesso que fiquei surpresa, não pelas doações, o que costuma ser bem comum em uma sociedade de classes fundada na meritocracia e no assistencialismo, mas pela quantidade de pessoas trabalhando arduamente, descarregando caminhões, limpando banheiro, fazendo escalas de madrugada. Junto comigo, outras pessoas haviam chegado e iam embora frustradas com a impossibilidade de ajudar. Era como se os abrigos fossem refúgios não apenas para quem perdeu tudo, mas também para quem tinha que viver com aquela quantidade absurda de informações, vídeos, fotos e detalhes de uma tragédia do lado de fora (Diário de campo de autora).*

Muitas pessoas começaram a criar recursos técnicos mais estruturados. No *Whatsapp*, formaram-se grupos específicos de resgate para cada cidade ou região (ex: "resgate canoas", "resgate ilhas") e para animais. Helicópteros percorriam a área e mandavam a localização para as equipes nos barcos, lanchas e jet-skis. Ao mesmo tempo, voluntários na orla eram avisados de quem chegaria, preparando roupa, comida e atendimento médico/psicológico. Além destes, formaram-se os grupos de marmitas para os voluntários que estavam organizando as doações de alimentos nos abrigos e nos resgates. Estes grupos eram divididos, em geral, por tipo de produção: "marmitas refeições", "marmitas lanches prontos", "marmita entrega imediata". Destes grupos participavam, não apenas quem cozinhava, mas quem fazia o transporte dos alimentos, que eram também voluntários. Formaram-se, também, os grupos de voluntários e coordenação dos abrigos, nos quais as pessoas entravam na escala do dia seguinte para alguma atividade específica elaborada, em geral, através do recurso de enquete.

Além dos grupos do *Whatsapp*, foi criado o aplicativo *Resgata RS* por professores das áreas de Comunicação, Ciência da Computação e Arquitetura da UniRitter. A plataforma contava com duas interfaces: *Preciso de Resgate* e *Consigo Resgatar*. Os pontos de salvamento foram transformados em marcadores de geolocalização e demais usuários podiam saber se já havia uma equipe de socorro se encaminhando para lá. Outro exemplo de aplicativo específico para auxiliar nas consequências do desastre foi o App *ToSalvo*, que ajudou a encontrar parentes perdidos durante a enchente, criado por voluntários da Organização Não Governamental *Tô*

*Salvo*. Além deste, o *AbigeApp Pets*, desenvolvido pela empresa Be220 de Porto Alegre, foi criado para que tutores pudessem encontrar seus animais perdidos na enchente através do número de chip, geralmente implantados no momento da castração. Professores e estudantes do mestrado em Computação Aplicada da Universidade de Passo Fundo também criaram um aplicativo específico para profissionais da saúde que queriam prestar atendimento gratuito às vítimas da enchente, o *eProHealth*.

Outra plataforma importante durante a enchente foi a SOS RS, que visava organizar a demanda dos abrigos através de um funcionamento interativo e atualizado diariamente. Ali os responsáveis dos abrigos especificavam o que precisavam e o que poderiam doar para outros lugares, além da necessidade de voluntários para funções específicas. Nesta plataforma também se podia encontrar orientações jurídicas para desabrigados, registro de animais, registro no programa De Volta pra Casa, orientações sobre a abrigagem de crianças e pix para doações. No momento desta escrita o SOS RS integrava 810 abrigos e mais 1400 voluntários. Estes e muitos outros aplicativos permitiram que o trabalho no contexto da catástrofe se organizasse, não apenas de forma coletiva, mas em uma rede complexa de tecnologias que funcionavam em fusão com o espaço geográfico e as pessoas.

**Fonte 1:** Captura de tela de celular App SOS-RS



Cartografar estes processos envolve a análise de uma relação atípica com algumas das tecnologias que foram acionadas. A arquitetura das redes sociais, por exemplo, costumam modular nossa atenção através de processos algorítmicos que buscam nos manter conectados pelo máximo de tempo possível. A navegação tornou-se matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais no capitalismo de Vigilância (Zuboff, 2020). Para que isto seja possível, é necessária uma extensa maquinaria de captura da atenção. Através de uma gigantesca quantidade de dados, torna-se possível capitalizar as relações dos sujeitos com as tecnologias comerciais, em especial aquelas pertencentes ao grupo GAFAM - Google (Alphabet), Amazon, Facebook (Meta) e Microsoft. Assim, o extrativismo de dados depende, em última instância, da atenção dos usuários e do tempo que eles permanecem conectados, sendo fundamental o jogo com estratégias para mantê-los engajados (Bruno; Bentes; Faltay, 2019). Um dos efeitos dessa conjuntura é o aumento do tempo de conexão, critério no qual o Brasil está classificado entre os primeiros lugares, chegando a usar a internet durante quase nove horas por dia, sendo 3 horas e 43 minutos delas, em redes sociais. Na ocasião dos resgates, entretanto, estas mesmas redes tinham um efeito paradoxal. Pois, ao compartilharem vídeos e notícias sobre a enchente, impulsionavam pessoas para as ruas e pontos de ação voluntária, ampliando experiências em um plano analógico.

Todo o uso das tecnologias comerciais implica, em maior ou menor escala, em fornecimento de dados, e na enchente no Rio Grande do Sul isso não foi diferente. Entretanto, também foi possível observar neste período o processo inverso: as tecnologias -*Whatsapp*, *instagram* e aplicativos criados - funcionaram como uma ampliação da experiência analógica, integrando formas de navegação na internet com a navegação pelas cidades transformadas em rio, pelo céu na busca das vítimas, pelas ruas, pelos percursos dos desabrigados rumo aos abrigos temporários. Alguns exemplos são o compartilhamento da geolocalização em tempo real, a integração das informações de diferentes abrigos - de humanos e animais -, o gerenciamento dos recursos de forma mais ágil e sustentável, o acionamento de redes de outras localidades, como profissionais da saúde, assistência e consultoria jurídica, entre outros.

Afetos e ações eram produzidos nessa trama de máquinas e humanos, levando-nos a pensar em uma dissolução dessas fronteiras. Os processos de subjetivação emergentes de um modelo neoliberal e colonialista de relação com os algoritmos se efetivam através da alienação técnica assombrada pela dependência das máquinas. Nesse emaranhado de sensações, a técnica aparece como opressora da "natureza psíquica do ser humano". A psicologia é constantemente convocada a falar do sujeito a partir dessa posição: quais os perigos das redes sociais, dos jogos

e dos diferentes aplicativos na vida das pessoas. As "telas" são o monstro sedutor da infância e da adolescência e aos psicólogos cabe definir quantas horas de exposição são permitidas em cada faixa etária. Entretanto, partimos do pressuposto de que os processos de subjetivação em nosso tempo se produzem através de relações sociotécnicas nas quais humanos e máquinas se tornam seres indissociáveis. Isso não seria uma novidade, dado que tecnologias e sujeitos sempre se produziram através de acoplamentos e experiências do co-emergência. Mas a expansão e ubiquidade do digital e da inteligência artificial transformou as relações dos sujeitos consigo mesmos, com os outros, com o tempo, com o espaço e o com conhecimento, produzindo aquilo que é considerado mais íntimo e natural do ser humano, aquilo que é estudado pela maior parte das Psicologias. Para Rifiotis, Máximo e Segata (2024):

Computadores pessoais e softwares de modelagem, aplicativos e redes sociais da internet, algoritmos e DNA, inteligência artificial e organismos geneticamente modificados constituem um amplo e complexo amálgama que intersecta tecnologias digitais e da vida. Elas dão forma a mundos múltiplos, modulados por combinações matemáticas, técnicas, arranjos e transformações biológicas (Rifiotis, Máximo e Segata, 2024)

Além de permitir romper barreiras ontológicas e repensar o feminismo, a figura do ciborgue amplia nossas análises sobre as relações entre sujeitos e tecnologias, entendendo as máquinas em sua potência de composição e recomposição corporificada com humanos. Para a bióloga feminista, entre suas questões paradoxais, a figuração ciborgue materializa relações e práticas concretas sem temer relações de afinidade com máquinas e animais e assumam suas posições sempre parciais e contraditórias. Ao atravessar categorias sem ceder às identificações, ciborgues acionam subjetividades alternativas e possibilitam formas de resistência que nos ajudam a pensar nas apropriações inventivas das tecnologias em composições com corpos e com o espaço geográfico no contexto da catástrofe. Algumas delas, inclusive, convertendo-se em uma profanação dos usos prescritos das técnicas, no caso, das redes sociais, que são dispositivos primordialmente criados para extração de dados e consequente gestão econômica e política de comportamentos.

Analisando também as experiências copo-técnicas partir da dissociação de fronteiras identitárias, Wendy Faulkner (2001) irá propor que, tanto gênero quanto tecnologias são potencialmente construídos e desconstruídos e que ambos têm um caráter performativo, atualizado a partir de processualidades. Tanto o gênero, quanto as tecnologias se modificam e complicam, rompem com suas ficções de origem simbólica e materialmente. Se, em algum momento, feministas questionaram a ausência de mulheres no campo da tecnologia, pensadoras como Donna Haraway, Wendy Faulkner, Federica Timetto, Judy Wajcman, entre outras, buscarão ultrapassar essa linha de análise, introduzindo discussões ontológicas que nos

permitem pensar em acoplamentos humanos-máquinas como forças promissoras, tanto na direção da desnaturalização de uma ciência masculinista e desimplicada, quanto na difração das direções daquilo que se faz através da composição com as técnicas.

Frente à catástrofe que temos vivido, foram necessárias conexões que ultrapassassem o corpo, a técnica e a ficção do indivíduo. Era preciso acionar conexões inventivas e tramadas numa rede heterogênea que, em última instância, envolvia o reconhecimento de uma responsabilidade coletiva. Analisando os encontros entre diferentes seres em uma planeta danificado, Donna Haraway (2016) nos desperta para a necessidade de produzir respostas hábeis (*response-ability*) para a produção política de futuros. É através destes vínculos impuros e do cultivo de um comum que poderemos encontrar formas de viver interessantes e coletivas. Isto implica também estarmos atentos aos modos de cuidado. Para

A disponibilidade, a preocupação e o cuidado (...) atitudes atencionais são sempre movidas - animadas e motivadas - por um enquadramento ou recorte, ou por uma dose de intencionalidade que inevitavelmente impõe valores, expectativas e tabus ao objeto de atenção. (Citton, 2023 : 14)

Por isso, faz-se importante uma política feminista do cuidado para que esse não acabe configurando processos de vigilância, como os perpetuados pelas grandes corporações que detém os aplicativos.

### **Fazer parentes entre as ruínas**

Neste fluxo constante de informações, chegou até nós, por várias fontes diferentes, um pequeno livro que buscava auxiliar pais e educadores a como contar às crianças o que estava acontecendo. Havia nele uma intenção de cuidado, mas também a herança de uma Psicologia, filha legítima do Antropoceno - e do Capitaloceno - que supõe como crianças brancos inocentes menores de idade que só tomam conhecimento deste tipo de tragédia dentro de suas casas e seguras. Com uma narrativa lúdica, o livro contava sobre uma chuva que durou muito tempo, alagou casas e pessoas precisaram ser resgatadas em barcos. E seguia dizendo: "*Algumas famílias foram participar de uma grande festa do pijama em locais grandes cheios de colchões no chão, lanchinhos e muita gente pra lá e pra cá. Alguns animaizinhos também chegaram por lá.*"

Quem esteve nos abrigos sabe que eles não se pareciam nada com uma festa do pijama, especialmente para as crianças pequenas, que presenciavam os adultos em uma situação de estresse, angústia, abstinência, surto psicótico, brigas e desorientação. Os "convidados dessa

festa" eram desconhecidos e, por vezes, abusadores, como pode ser constatado pelas inúmeras denúncias feitas nos alojamentos temporários referenciados pelo estado. Além disso, as constantes intervenções policiais, por vezes, acabavam sendo violentas também com as crianças, agredindo sua rede de apoio e expulsando famílias inteiras, sem a presença do conselho tutelar, por uso ou porte de drogas de um de seus membros. A maior parte das psicologias não questiona o emprego de uma narrativa prazerosa para falar sobre a realidade brutal de crianças abrigadas com o único objetivo de não traumatizar a infância privilegiada. A “festa do pijama” demonstra a impossibilidade de construir um deslocamento de si, para uma atenção distribuída para o coletivo que nos constitui (Citton, 2023). Uma fabulação que mascara o sofrimento, impedindo que crianças que não estejam abrigadas continuem em seu “conto de fadas” que carrega e retifica normas, sentimentos, preferências e ideologias. O livro, como outras diferentes tecnologias, pode contar diversas histórias.

Ao mesmo tempo, chegavam também, por diversas fontes - *Whatsapp*, redes sociais, SOS-RS -, pedidos específicos, que nos reconectavam ao cultivo de uma política comum do cuidado. Um deles foi o de um cachorrinho de pelúcia que acompanhava bombons em uma edição limitada de uma empresa de chocolates há alguns anos. Um menino autista abrigado havia perdido seu objeto de apego e precisava de outro exatamente igual. Algo semelhante ocorreu em um dos abrigos no qual estávamos trabalhando como voluntárias. Uma senhora de 85 anos, resgatada quando a água estava em seu pescoço, não conseguia dormir sem sua boneca bebê, descrita por ela: "com roupinha rosa e um chumacinho de cabelo". Ela havia perdido muitos filhos e, dentre as dores atuais de ter ficado sem casa, estar em um local desconhecido, dormindo em um colchão no chão, o que mais lhe pesava era a falta da boneca. Através da descrição feita por ela e do compartilhamento em vários grupos, conseguimos uma que ela disse ser igual à sua. Nesta tragédia, as pessoas perderam, acima de tudo, objetos com os quais compunham a si mesmas e ansiavam por um trabalho de recomposições.

Nesta ocasião, havia mais de 600 abrigos temporários recebendo vítimas da enchente. Estes locais não eram somente tristeza e violência. Apesar dos abusos a crianças e mulheres, havia muitas conexões improváveis e fantásticas que se configuraram a partir deles. O primeiro abrigo no qual uma de nós entrou como voluntária foi o da universidade na qual trabalhamos.

*Ainda era a primeira semana da enchente e eles estavam chegando por lá. Preparei-me, dentro do possível, para encontrar uma dor implacável. Quando cheguei, percebi a presença de inúmeros psicólogos, assistentes sociais, odontologistas, nutricionistas, educadores físicos, médicos de família, pediatras,*

*psiquiatras, veterinários, todos buscando entender de que forma sua atuação seria mais assertiva. Entro no grande ginásio e vejo centenas de pessoas sentadas e deitadas em colchões, outras caminhando, crianças brincando, voluntários conversando com algumas famílias. Entrei em um estado de perturbação ao perceber que as pessoas desabrigadas não estavam tão mal quanto eu pensava, pois na vida delas situações deste tipo são comuns. Não de um modo coletivo, como no desastre ambiental que afetou milhares de pessoas ao mesmo tempo, mas nas tragédias cotidianas. Nós mesmas, acostumadas a uma rotina universitária, também vivemos em uma espécie de "festa do pijama". Quebrar esses paradigmas e produzir uma mistura com a outreidade, talvez nos cause surpresa. (Diário de campo de autora)*

Pouco tempo depois de iniciarmos o trabalho no abrigo da universidade, fomos chamadas para estar em um terceiro abrigo, destinado somente a mulheres e crianças que haviam sofrido algum tipo de violência - física, sexual ou psicológica - ou estavam em risco em outros locais de resgate. A existência e localidade deste abrigo era confidencial e fomos alocadas via uma Organização Não Governamental que assumiu sua gestão. Muitas doações foram destinadas ao local, que ficou limpo e pronto para receber as mulheres e crianças resgatadas em vinte e quatro horas.

*A primeira senhora com quem conversei me conta sobre sua filha, que trabalha em uma rede de supermercados. No dia em que foram resgatadas, a filha não foi trabalhar, pois a água estava quase no pescoço delas. Seu chefe ligou dizendo que ela deveria dar um jeito de ir. Como era completamente impossível, até mesmo se locomover pela cidade, a funcionária acabou faltando ao trabalho e perdendo o direito à folga no dia das mães. Agora, sem casa, sua filha saía às seis da manhã do abrigo para atravessar a cidade e chegar a tempo ao trabalho. Era impossível que, a partir destas conexões, eu também não problematizasse a mim mesma, enquanto pessoa da classe média porto alegreense que consome produtos desta rede de supermercados quase diariamente. (Diário de campo de autora)*

No dia 8 de maio, tornou-se viral nas redes sociais e demais meios de comunicação a imagem de um cavalo que se equilibrava em cima de um telhado, na única parte que restava

seca das casas<sup>3</sup>. Estimava-se que estivesse ali há pelo menos quatro dias, sem comer, sem tomar água, tendo passado por dias extremamente quentes e um temporal. Além disso, não estava em uma superfície plana, necessitando equilíbrio para se manter em pé. Num momento de fragilidade completa, o cavalo em cima do telhado desencadeou algumas das primeiras narrativas a tornar o desastre compreensível para as crianças e também para os adultos. Não uma festa do pijama, mas um cavalo, este animal que deveria estar em qualquer lugar, menos em cima de um telhado. Que estava esperando algo acontecer, lutando pela sua vida, ainda que fosse uma vida de exploração. Um ser que não fazia a menor ideia do que havia acontecido com o mundo e nem que tinha se tornado famoso, tendo a sua imagem se multiplicado incansavelmente nos mais diferentes dispositivos digitais enquanto ele seguia em cima do telhado. Ele não sabia que muitas pessoas sonharam com ele aquelas noites ou ficaram acordadas por causa dele, como o presidente Lula, que se pronunciou a respeito dizendo que passou muitas horas antes de dormir se perguntando no que o cavalo estaria pensando, se ele pensasse como nós pensamos. Essa imagem correu o mundo.

Ao mesmo tempo, a comoção foi criticada por muitas pessoas, que entendiam que era um absurdo se preocupar com um cavalo enquanto crianças morriam afogadas. A crítica se acirrou principalmente pela oposição ao governo federal, de modo que o cavalo tinha, além de tudo, sido pivô de mais um debate político nas redes. Entretanto, pensar sobre o animal não diminui a gravidade da morte de crianças e adultos na enchente. A foto do cavalo em cima do telhado nos mostra que mundos são feitos conjuntamente e que não é possível se preocupar com a vida humana sem se preocupar com outras espécies. Em um mundo composto por complicações, precisamos construir refúgios em composição com outras existências.

Ao reconhecer a seriedade e a densidade dos problemas atualmente, Donna Haraway (2016) propõe a conexão inventiva de parentescos inesperados, que escapem ao divino, familiar ou biológico, através de um jogo de composições, no qual é possível criar coalizões interessantes. Para ela, é necessário encontrar maneiras de viver e morrer bem em um planeta devastado, o que implica na composição de relações multiespécies e com atores abióticos. Questionando a arrogância humana, ela propõe uma alternativa às narrativas do Antropoceno e do Capitaloceno, trazendo a perspectiva do Chthuluceno, que aposta nas forças *sinchthonicas*. Tais forças são rearranjos de conexões e parentescos multiespécies, já que são estas

---

<sup>3</sup> Cavalos são animais comuns na região metropolitana de Porto Alegre e servem como meio de transporte de humanos e cargas, algo que já foi proibido pela lei municipal 0531/2008 em Porto Alegre e pela lei 6.164/18 em Canoas.

as conexões que constituem a vida na Terra. A autora recorre à figura do húmus para marcar a interdependência entre seres na medida em que a vida é um constante devir-com.

Não sou pós-humanista; eu sou quem devento com espécies companheiras, que me fazem e com quem faço uma confusão de categorias na criação de parentes e tipos. Comensais queer em jogos mortais, de fato. (Haraway, 2022 : 31)

É somente através desta correspondência que será possível reconstruir refúgios e tornar possível uma recomposição, que deverá incluir, segundo a autora, o luto. Embebida nesta ética, Haraway (2016) propõe o slogan: "*não faça bebês, faça parentes*", no qual fazer parentes é a tarefa mais difícil e necessária. A noção de parentesco aqui não aparece como uma relação de hereditariedade ou familiaridade, mas sim como arranjos entre seres que compartilham algo genealogicamente ou semioticamente, mas seguem sendo diferentes. O parentesco tem relação com responsabilidade, permitindo conexões singulares entre seres que entendem e reconhecem sua participação na história interespecie. Esta perspectiva se constrói e entra em relação com o pensamento de Anna Tsing e sua noção de diversidade contaminada.

Diversidade contaminada (Tsing, 2019) são adaptações alternativas e colaborativas em ecossistemas marcados pela perturbação humana. Longe de tentar buscar uma face positiva do Antropoceno/Capitaloceno, a antropóloga americana reconhece esta Era como um período de destruição em massa, mas que, sem nenhuma intencionalidade, permite emergir nos escombros modos multiculturais e multiespécies colaborativos. A autora nos narra a dança dos coletores de cogumelo matsutake, um dos frutos de maior valor comercial do mundo. Um de seus campos de pesquisa são as ruínas das florestas industriais de Oregon, nas quais os grandes pinheiros foram devastados, sobrando pequenos que crescem entre pedras e detritos. Este local é um bom exemplo de diversidade contaminada. Pois os matsutake têm a peculiaridade de ganhar vida em solos deteriorados, pobres em matéria orgânica. Justamente por isso, esta espécie não se presta à lógica da monocultura, pois apenas emerge na composição com outras espécies - pinheiros e carvalhos, musgos, plantas (*candy sticks*) e bactérias.

Além disso, estes cogumelos podem ser encontrados ao acaso, pois crescem sob o solo, deixando-se perceber somente por um montículo de terra que deslocam para cima da superfície. Desse modo, seus coletores precisam estar alinhados aos sinais da vida na floresta, ampliando sua experiência sensível e se deixando levar pelas pistas. Muitos catadores, mesmo ganhando toda a sua renda com isso, dizem que coletar não consiste em um trabalho, mas sim em procurar. Uma busca que muitas vezes se dá através do olfato, que se mistura com outros cheiros da floresta e chega antes aos sentidos do que a visão do corpo do cogumelo. Tsing

(2019) nos mostra, através destas formas singulares de conexão entre diferentes espécies - do matsutake com os demais seres bióticos e abióticos da floresta e da sensibilidade humana atenta a todos estes sinais - a vida e a concepção de não humanos sendo experimentados como sujeitos, e não como objetos.

Já havia um hospital pronto para receber Caramelo, como foi batizado o cavalo. Na sua luta pela vida, ele foi encontrado por acaso e se tornou um sujeito. Não apenas enquanto animal, mas enquanto uma figura com mais de cem mil seguidores no instagram. Isso só foi possível em um mundo em escombros, como são encontrados os cogumelos matsutake, em um contexto de diversidade contaminada no qual se modificam as políticas atencionais e as conexões entre os seres. O cavalo é um nó na trama que liga a urgência de composições entre seres humanos e técnicos com a urgência de composição entre diferentes espécies em meio às ruínas. Filmado por helicópteros em cima de um telhado enquanto lutava pela vida e transformado em um ser público pelas redes sociais, ele nos lembra dos mundos compartilhados e da importância da *response-ability* na construção coletiva de futuros. As relações entre seres de diferentes espécies e seres abióticos permitiram a constituição de um plano comum frente ao desastre.

Os abrigos, que se tornaram mais de 800 até o final de maio, eram formados não só a partir de emaranhados de humanos, máquinas e diferentes espécies - havia inúmeros animais neles - mas também de um emaranhado de pessoas de diferentes classes sociais. Voluntários que nunca haviam trabalhado com populações vulnerabilizadas antes, passaram a experimentar processos disruptivos ao conhecer outras realidades em sua materialidade, através de uma imersão em planos afetivos conjuntos. Muitas outras histórias marcaram nossas semanas no abrigo, como o dia em que receberam a visita de uma orquestra, de uma hamburgueria artesanal e de palhaços. As crianças sempre brincavam juntas e as maiores cuidavam das menores. Uma de suas brincadeiras era a de construir móveis com pedaços de madeira e cadeiras quebradas que encontravam para a sua casa escondida, que ficava num pequeno morro dentro do abrigo. Em frente a essa casa, haviam "os guardas", que a protegiam. Apesar das diversas psicólogas voluntárias no local, as crianças encontraram, sozinhas, novas relações de parentesco, de coletividade e modos inventivos de elaborar, juntas, tantas perdas. Estar no abrigo não era como estar numa festa do pijama, mas tinha momentos que só as ruínas, seguidas das conexões que se multiplicaram, podiam permitir acontecer.

Na roda de conversa na qual informamos as moradoras do abrigo de que algumas iriam receber ajuda de mutirões de voluntários para limpar suas casas e, outras, iriam para um abrigo

do estado, pois a escola precisava retomar as aulas, a senhora cuja filha trabalhava em uma rede de supermercados do outro lado da cidade pediu a palavra.

*Sempre fomos somente eu e minha filha, sozinhas. Ninguém nunca fez nada por nós, e isso sempre foi muito difícil. Um dia, perdemos nossa casa e tudo o que tínhamos e viemos para um abrigo. Aqui fomos cuidadas. As pessoas nos escutaram, entenderam nossa dor. Isso nunca tinha acontecido antes com a gente. Agora, ter que sair daqui, é como perder minha casa pela segunda vez. Não imagino minha vida sem cada uma de vocês. (Diário de campo de autora)*

Sua fala emocionou a todas, pois era um sentimento comum, através do qual podemos mensurar a força do coletivo e das práticas de cuidado, que ali se davam através de conexões improváveis, formas de sermos "um com os outros" decorrentes de um desastre ambiental e político. Podia-se sentir a importância da criação de conexões inventivas e inesperadas de parentesco, a importância de fazermos problemas e criarmos respostas potentes para eles coletivamente (Haraway, 2016). A saída deste abrigo não se deu de forma abrupta. Conseguimos doações de geladeiras e fogões novos para cada uma das casas, além dos colchões, roupas de cama e vestuário que foram recebidos através de doações. Além disso, foram organizados mutirões de limpeza nas casas de todas as abrigadas. Quando chegou o horário de uma delas sair com o mutirão ela nos disse:

*Gostaria de entrar nesse carro de aplicativo e ir até a minha casa sozinha antes de ir com eles. Preciso ver o que restou, preciso me encontrar com minhas coisas e tentar recuperar o que posso. (Diário de campo de autora)*

A ideia de um "mutirão" de limpeza, para nós, parecia resolutiva, mas, para quem havia perdido objetos de valor afetivo, financeiro e significativo, poderia parecer uma violência. Fomos entendendo isso aos poucos e buscando trabalhar, em rodas de conversa, as formas como cada uma delas estavam conseguindo recuperar seus objetos: dicas de produtos de limpeza e técnicas. Considerando a situação de extrema vulnerabilidade destas mulheres e crianças após o retorno às residências, criamos um grupo de whatsapp, com a presença de terapeutas de Clínica Feminista (Clifai) e pesquisadoras do Núcleo de Ecologias e Políticas Cognitivas (Nucogs), ambos da Ufrgs. Neste grupo, as mulheres seguem em contato, trocando

experiências e encontrando apoio, no que consideramos ser uma rede de parentesco formada por humanos, máquinas e instituições, permitindo que pessoas com dificuldades - e até mesmo impossibilidades - de deslocamento, possam se comunicar e trocar imagens, textos e experiências.

Sob uma perspectiva feminista, existem diversas razões pelas quais concepções normativas e moralistas sobre o cuidado se mostram inadequadas. Para Bellacasa (2012), cuidar transcende um mero estado afetivo ou ético, implicando um envolvimento material em tarefas que sustentam mundos interdependentes. Assim, os significados associados ao cuidar são complexos. A interdependência é uma pré-condição. E cuidar, ou ser cuidada, não é, necessariamente, uma experiência gratificante e aconchegante. Isto pode ser compreendido a partir de experiências encarnadas nos abrigos, nas quais voluntárias repensavam a si mesmas e suas vidas cotidianas, suas formas de viver no mundo e suas concepções de cuidado. Uma abordagem do cuidado inspirada no feminismo deve se fundamentar em ações práticas do dia a dia, que incentivem o engajamento com os desafios intrínsecos das existências interdependentes.

O primeiro deslocamento, apontado por Citton (2023), convida a sair de nossa bolha e atentar ao coletivo que nos constitui. Mas ele somente não basta. Para o autor, é necessário um segundo deslocamento que nos faça ter uma atenção engajada, não de sobrevoo. Uma atenção que compartilhe da humosidade que a enchente trouxe. Embora falemos de uma afetação, ainda em uma situação de privilégio, essa enchente nos provocou o deslocamento imersivo, para dentro da água, para dentro de nossos guarda-roupas, para dentro dos abrigos, para corresponder com tecnologias, livros, bonecas e animais. A prontidão para a ação, que fez chegar resgates, donativos e voluntários também pode se transformar em uma experiência de cidadania e de construção de redes civis de atenção compartilhada. Mas é um trabalho continuado de atenção e cuidado, que precisa constituir outras relações de parentesco cotidianas e não somente em situações de emergência, pois já vivemos nela.

A precarização e o desinvestimento de políticas públicas que possam garantir não apenas o apoio emergencial, mas a manutenção dos direitos das populações afetadas é fundamental. O que percebemos foi um conjunto de auxílios e práticas fragmentadas, que não consideram as mudanças a médio e longo prazo pelas quais irão passar comunidades inteiras. Uma das estratégias neoliberais mais características deste modelo de gestão no qual o Estado é minimizado é justamente a transferência da responsabilidade para a população. No caso da enchente, milhares de pessoas foram mobilizadas, em grande parte, pelo apelo assistencialista

associado à caridade e veiculado pela mídia. Por isso, é importante ressaltar que as conexões necessárias que defendemos neste artigo não são aquelas que distinguiram vítimas e salvadores durante a enchente. Mas relações de parentesco capazes de permanecer com o problema (Haraway, 2016) e fazer frente aos modelos de gestão que transformam o meio ambiente e as relações sociais em lugares ainda mais danificados para viver.

## Referências

BARROS, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2009.

BELLACASA, Maria Puig de la. *Nothing comes without its world: thinking with care*. The Sociological Review, 2012.

BRUNO, F. G., BENTES, A. C. F., & FALTAY, P. (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista FAMECOS*, 26(3), e33095. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>

CARMO, Wendal. MP junto ao TCU quer pente-fino sobre 'desmonte' de leis ambientais durante o governo Eduardo Leite. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mp-junto-ao-tcu-quer-pente-fino-sobre-desmonte-de-leis-ambientais-durante-o-governo-eduardo-leite/> Acesso em 27 de maio de 2024.

CITTON, Yves. 2023. Prefácio. In KASTRUP, Virgínia; CALIMAN, Luciana. *Atenção na cognição inventiva: entre o cuidado e o controle*. Porto Alegre, Fi, 2023.

ESCÓSSIA, Liliana; TEDESCO, Silvia. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, Sulina, 2009.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. *The Anthropocene*. IGBP Global Change Newsletter, n.41, p.17-18, 2000.

Faulkner, Wendy (2001) 'The Technology Question in Feminism: A View from Feminist Technology Studies', *Women's Studies International Forum* 24(1): 79—95 <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277539500001667> Acesso em setembro de 2024.

GUIMARÃES, Lígia. Cidades inteiras do RS terão que mudar de lugar', diz pesquisador que alertou para despreparo contra chuvas. *BBC* Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd18p5zpp0no> Acesso em: 27 de maio de 2024.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX In: TADEU, T (org) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2009

HARAWAY, Donna. *Staying with the trouble*. Carolina do Norte: Duke University Press, 2016.

HARAWAY, Donna. *Quando as espécies se encontram*. São Paulo, Ubu Editora, 2022.

HUI, Yuk. *Tecnodiversidade*. São Paulo. Ubu Editora, 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 Edições, 2018.

MASCARENHAS, Gregório; MEDINA, Tiago. Prefeitura sabia dos problemas na casa de bombas que inundaram Menino Deus, Cidade Baixa, Centro e Sarandi. *Jornalismo Matinal* Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/reportagem-matinal/prefeitura-sabia-dos-problemas-na-casa-de-bombas-que-inundaram-menino-deus-cidade-baixa-centro-e-sarandi/> Acesso em 27 de maio de 2024.

MOORE, Jason W. (Org.). *Antropoceno ou capitaloceno?: Natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

RIFIOTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria Elisa; SEGATA, Jean Etnografias do digital: um futuro mal distribuído na antropologia, *Horizontes Antropológicos*, n. 68, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/8720?lang=pt#text>. Acesso em novembro de 2024

TENÓRIO, Jeferson. Tragédia no RS apaga pessoas negras e escancara racismo ambiental. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jeferson-tenorio/2024/05/21/tragedia-no-rs-apaga-pessoas-negras-e-escancara-racismo-ambiental.htm>. UOL Acesso em 27 de maio de 2024.

TSING, Anna. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VELLEDA, Luciano, Problemas foram apontados em novembro do ano passado, sob risco de alagamento da cidade se não houvesse conserto. *Sul21* Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/05/prefeitura-agora-diz-que-investigara-alertas-de-engenheiros-do-dmae-sobre-situacao-das-casas-de-bombas/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.